

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Aspectos socioeconômicos e demográficos dos satisfeitos com a educação pública no
Brasil: uma análise para o ano de 2015

Cíntia Medeiros Pires

Belo Horizonte
2017

Cíntia Medeiros Pires

Aspectos socioeconômicos e demográficos dos satisfeitos com a educação pública no
Brasil: uma análise para o ano de 2015

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção
de título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Mario Fuks

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2017

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^o Dr. Mario Fuks

Prof^a Dra. Ana Paula Karruz

RESUMO

Em meio à tentativa de conciliação das abordagens da literatura quanto aos determinantes do apoio das pessoas à democracia, estudiosos refinaram e desmembraram tais abordagens, afirmando que o fenômeno de apoio ao regime democrático é multidimensional. Uma de suas dimensões trataria da relação dos cidadãos com as instituições democráticas, e que essa relação seria influenciada pela confiança dos cidadãos nas instituições do regime. Mais estudos mostraram que as bases para essa confiança variam de acordo com o tempo de consolidação da democracia nas sociedades, sendo que para as democracias recentes, a confiança estaria relacionada com o desempenho das instituições observado por seus cidadãos. Um dos canais para se avaliar o desempenho institucional seriam os serviços públicos, que no caso do Brasil, tem elevada avaliação negativa. A escolaridade e o estímulo à busca de informações políticas seriam os principais preditores dos brasileiros a má avaliação dos serviços públicos. As análises deste trabalho revelaram que idade, região do país, percepção de que o governo os representa e trabalha para o povo, além da escolaridade apontada pela literatura, se mostraram importantes para entender o perfil dos brasileiros que estão insatisfeitos com os serviços públicos em 2015.

Palavras - chave: Apoio à democracia; confiança política; avaliação dos serviços públicos; educação pública

ABSTRACT

Amid attempts of conciliations between literature approaches when it comes to democracy's people's support determinants, researches have refined and disjointed these approaches stating that democratic regiment support phenomenon is multidimensional. One of these dimensions would manage the relationship between citizens with democratic institutions and that this relationship would be influenced by the citizens' trust on the regiment institutions. Further studies have shown that the root of its trust vary with the time democracy has been consolidated on the societies, whereas to recent democracies, trust would be linked to the performance of institutions observed by their citizens. One of the means to observe institutional performance would be public services in which Brazil has a highly negative rating. Education level and incentive to seek political information would be the Brazilian's predictors to the public services low rating. The analysis of this project have revealed that age, country region, the perception that the government represents and works for its people besides education level pointed out on the literature have shown themselves important to understand the profile of Brazilians that were unsatisfied with public services in 2015.

Key-words: Support for democracy; political trust; evaluation of public services; public education

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Maria José, heroína que tornou possível meus estudos nesta instituição e me deu apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço e mesmo à distância.

Ao meu pai, Zilmar, e irmão, Henrique que estiveram comigo durante essa jornada.

Ao professor Mario Fuks, pela orientação, apoio e confiança.

À professora Ana Karruz pelos comentários e abraços sinceros que acalmam o coração aflito.

Aos amigos, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação, em especial ao Lucas que dinamizou o processo de construção desse trabalho e auxiliou, de bom grado, em todos os momentos em que o solicitei, bem como Laura e Fernanda que me ajudaram a tornar esse processo menos estressante.

À todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

Por fim, mas não menos importante, a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PRINCIPAIS VERTENTES SOBRE APOIO DOS CIDADÃOS À DEMOCRACIA.....	10
2.2. CONVERGÊNCIA ENTRE AS VERTENTES.....	12
3. DEMOCRACIA E CONFIANÇA.....	13
3.1. CONFIANÇA.....	15
3.2. CONFIANÇA POLÍTICA.....	16
3.3. CONFIANÇA POLÍTICA E INSTITUIÇÕES.....	18
3.4. CONFIANÇA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E BRASIL.....	19
4. INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	21
5. EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	24
6. JUSTIFICATIVA.....	26
7. OBJETIVOS.....	27
7.1 GERAL.....	27
7.2 ESPECÍFICOS.....	27
8. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	28
8.1. TÉCNICAS A SEREM UTILIZADAS.....	28
8.2. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	35
9. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
10. CONCLUSÃO.....	41

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
12. ANEXO.....	46

1. INTRODUÇÃO

A avaliação dos serviços públicos é uma temática que ainda é pouco explorada pela academia no Brasil. Tal avaliação contribuiria para a responsividade, pois representa a satisfação do cidadão com os serviços prestados pelo Estado, bem como faria parte de dimensões de composição do apoio ao regime democrático (BONIFÁCIO e SCHLEGEL, 2013). Podemos associar a avaliação dos serviços públicos com o desempenho dos gestores públicos e representantes observado pelos cidadãos.

A literatura diverge sobre os componentes do apoio à democracia, sendo as abordagens mais conhecidas: a institucionalista e a culturalista. Na tentativa de convergir essas abordagens, estudiosos como Easton (1965) refinaram e desmembraram as duas vertentes e encontraram que ambas são de relevância para o entendimento do apoio das pessoas ao regime democrático, concluindo que tal fenômeno é multidimensional (NORRIS, 1999). Uma das dimensões encontradas seria a relação dos cidadãos com as instituições democráticas.

Pesquisas, como Moisés e Carneiro (2008), demonstraram que essa relação seria influenciada pela confiança dos cidadãos nas instituições do regime, e que essa confiança se apresenta de formas diferentes em democracias antigas e recentes. Enquanto nas primeiras, os valores adquiridos na socialização seriam um fator de peso para estabelecer tal confiança; nas segundas, a confiança estaria relacionada com o desempenho das instituições observado pelos cidadãos, como é o caso do Brasil.

Para o nosso país, Moisés (2005) afirma que 2/3 deles não confiam, em níveis diferentes, nas instituições que compõe o regime, como partidos, tribunais de justiça, executivos e nos serviços públicos de segurança, saúde e educação. Além disso, outras pesquisas também mostraram que a percepção negativa das instituições perpassa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica e, também, influenciando a proposição de participação política desses cidadãos.

Uma das formas dos cidadãos verificarem esse desempenho institucional seria através da prestação de serviços públicos pelo Estado (MOISÉS, 2013). Estudos realizados quanto à avaliação dos brasileiros aos serviços públicos, mostraram que a avaliação negativa se mostra dominante, em que os mais escolarizados e com mais estímulo a se informarem sobre política seriam mais críticos e negativos quanto aos serviços públicos (BONIFÁCIO e SCHLEGEL, 2013). Este trabalho visa verificar esses apontamentos são válidos para o caso da educação pública brasileira, no ano de 2015.

Serão utilizados dados do Latinobarômetro, para a rodada de 2015 no Brasil, com a finalidade de conhecer um pouco mais sobre o perfil socioeconômico e demográfico dos insatisfeitos com a educação pública.

2. PRINCIPAIS VERTENTES SOBRE O APOIO DOS CIDADÃOS À DEMOCRACIA

A literatura que estuda a ligação das atitudes dos cidadãos e a democratização se divide em duas vertentes teóricas (MOISÉS, 2008). Uma vertente, a institucionalista, defende que a consolidação democrática deve ser analisada através de dados eleitorais, indicadores agregados de instituições públicas, desempenho governamental etc. Segundo Moisés (2008), o interesse dessa vertente é a eficácia das instituições para com a finalidade desejada pelos atores políticos. “De modo geral, as teorias institucionais supõem que o apoio dos cidadãos ao regime político depende da avaliação de curto prazo, baseada no cálculo de custos/benefícios, do desempenho institucional” (MOISÉS, 2008, p. 16).

A outra vertente, de cultura política, se apoia na ideia de que a orientação democrática dos indivíduos é constituída através de processos de socialização que se relacionam com a experiência política desses indivíduos. “A cultura política refere-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública” (MOISÉS, 2008, p. 16). Segundo o mesmo autor, tais orientações democráticas, de aceitarem ou não o regime democrático, são de longa duração. O autor também ressalta, apoiado em outros autores, que alterações nessas orientações podem ocorrer devido à impactos nas gerações com o passar do tempo e/ou modernização da economia e da sociedade sobre os valores políticos.

Por um lado, o cerne da crítica feita à vertente institucionalista, gira em torno de que as instituições do regime democrático são vistos como exógenas na tomada de decisões coletivas e nas atitudes dos cidadãos perante tais instituições, acordo com Moisés (2008). O autor ainda destaca que os atores, sob essa perspectiva, decidem por consequência de incentivos institucionais. Outra crítica feita é a de que esses atores levariam em consideração em suas decisões coletivas, não apenas o cenário institucional, mas também o ambiente cultural e social ao qual se encontram (MOISÉS, 2008)

Por outro lado, os fundamentos da corrente de cultura política foram criticados, bem como o modelo de Almond e Verba de 1963, que se encontra na obra *The Civic Culture* (MOISÉS, 2008). Fuks e Bonifácio (2013) ao elaborarem o verbete *Cultura Política* presente no *Dicionário de Políticas Públicas*, destacam que o fundamento do modelo proposto pelos autores é um vínculo importante entre o regime democrático e a cultura política, ou seja, países com a cultura política voltada para

ideais democráticos teriam estabilidade democrática. (ALMOND e VERBA, 1963 apud FUKS e BONIFÁCIO, 2013).

Segundo Moisés (2008), uma das principais críticas foi o posicionamento de que a origem e a estabilização de regimes políticos seriam determinadas por valores concordantes com as instituições que os correspondessem. Dessa forma, o modelo de Almond e Verba teria problemas ao vincular cultura política e estabilização da democracia, o que para Moisés (2008), essa vinculação vai contra a empiria da democratização. Ele ainda exemplifica com o pós-guerra do século XX, em que alguns países começaram a se democratizar mesmo contendo valores autoritários em sua cultura política, o que acaba enfraquecendo a crítica da vinculação dos valores políticos contidos na sociedade e a estabilização do regime democrático.

Outra crítica direcionada para Almond e Verba se refere ao modelo comparativo proposto pelos autores, em que a democracia liberal era tida como referencial, o que implica em cidadãos ativos politicamente, propensos à confiança interpessoal e apreço pelas autoridades (MOISÉS, 2008). Além disso, esse modelo comparativo destacaria a cultura anglo-saxã dos Estados Unidos e Grã-Bretanha como sendo mais propensa ao regime democrático de que as demais culturas (FUKS e BONIFÁCIO, 2013). Entretanto, segundo Moisés (2008), já foram apresentados casos em que o regime democrático se mantém com pouca participação política de seus cidadãos.

Moisés (2008) considera que o que é relevante é a diferença entre cultura política e estrutura política teria possibilitado a Almond e Verba ver a necessidade de conformidade entre essas duas categorias, ao contrário das críticas recebidas, que colocam os autores como vendo uma causalidade entre ambas as categorias. Assim, os defensores de Almond e Verba apoiam a ideia de que o modelo sugere uma associação entre duas dimensões do comportamento dos indivíduos: a micro, que é mensurada por *surveys* de opiniões e a macro, sobre estruturas do sistema, o que possibilita uma interação entre as duas categorias, de cultura política e estrutura política (MOISÉS, 2008).

De acordo com Moisés (2008), as categorias de cultura e estrutura teriam influência recíproca sobre si mesmas “[...] ou seja, valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança” (MOISÉS, 2008, p. 17). Moisés (2008) adota esse modelo de cultura política, em que ocorre a reciprocidade dessas duas categorias, e, assim como o autor, também utilizaremos neste trabalho.

Segundo o verbete de Fuks e Bonifácio (2013), cultura política possui uma margem ampla de conceituação e complexidade, e, também, é entendida pelos especialistas “[...] como um conjunto de

valores, percepções e atitudes individuais referentes ao sistema, instituições e atores políticos” (FUKS e BONIFÁCIO, 2013, p. 2). De acordo com os autores, a cultura política tem importante papel na compreensão de comportamentos e estruturas políticas que perpassam por elementos como socialização política, valores políticos, mudança cultural e confiança interpessoal.

2.1 CONVERGÊNCIA ENTRE AS VERTENTES

Não foram muitas as tentativas realizadas para captar onde as teorias culturalistas e institucionalistas se esbarram (MOISÉS, 2008). Todavia, Moisés (2008) afirma que Easton (1965) encontrou um ponto de convergência entre as duas vertentes no que tange a consolidação de regimes políticos.

Easton (1965) elabora uma nova classificação para o apoio político aos regimes políticos. O autor bifurca o apoio dispensado pelos indivíduos relacionado ao sistema político em dois níveis. O primeiro nível, o difuso, corresponderia a adesão das pessoas aos valores que dizem respeito no nível dos princípios mais gerais que sustentam o sistema democrático. O segundo nível de apoio, o específico, faz referência aos atilamentos relacionados com avaliações e a adesão às instituições concretas do regime (EASTON, 1965). Dessa forma, podemos observar que Easton (1965) verifica uma conexão de apoio à regimes políticos com a vivência que os cidadãos tem das instituições públicas (MOISÉS, 2008), ou seja, as pessoas entendem e se inteiram mais sobre os processos de dentro do regime quando os mesmos fazem parte de sua rotina (MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Décadas depois, a teoria de Easton (1965) foi aprimorada e dentre os estudos realizados, podemos destacar os de autoria de Inglehart (1988 apud RIBEIRO, 2008) e Inglehart (1990 apud FUKS e BONIFÁCIO, 2013) e Norris (1999).

Inglehart (1988 apud RIBEIRO, 2008) dá atenção aos modelos que tiveram como base a teoria da escolha racional, que se destacaram desde a década de 60, devido ao desprezo dos fatores culturais, que podem fornecer apenas esclarecimentos parciais para fenômenos políticos contemporâneos. Nesse artigo, Inglehart faz uma contribuição extremamente relevante para a abordagem culturalista, indo diretamente a questão da causalidade. Por meio de testes e análises, o resultado encontrado confirma a ideia de que a estabilidade democrática é beneficiada por uma junção de condições econômicas, sociais e culturais.

Norris (1999) defende que o apoio ao regime é multifacetado, ou seja, para além dos dois modelos de apoio democrático propostos por Easton (1965), tal apoio seria constituído de outros

elementos, permitindo que cidadãos apoiem o regime democrático mesmo concordando com o funcionamento de alguns valores democráticos e discordando com o funcionamento de outros. Norris (1999) nomeia esses cidadãos como Cidadãos Críticos. Esses cidadãos assegurariam o funcionamento do regime democrático, pois mesmo sendo críticos aos funcionamento de algumas instituições do regime, o considerariam a melhor opção, além de serem uma forma de melhorar a consolidação da democracia. Outra contribuição de Norris (1999) seria de países altamente industrializados e com economia forte apresentaram crescimento desses Cidadãos Críticos, que seriam altamente escolarizados.

De acordo com Moisés e Carneiro (2008), a literatura então incrementou a teoria de Easton, desmembrando os apoios definidos por ele, tornando o apoio à democracia multidimensionado, assim como defende Norris. Foram identificados cinco níveis de apoio, que devem ser estudados separadamente. O primeiro nível é o apoio à comunidade política, que trata da relação dos cidadãos com o Estado-nação e estabelecem os critérios dos direitos compartilhados e identidade coletiva; o segundo nível diz respeito a aderência dos cidadãos aos valores democráticos, como liberdade, igualdade, respeito, participação cívica, tolerância aos diferentes etc em contraposição a outros regimes; o terceiro nível trata do desempenho da democracia no cotidiano e sua comparação com o que ela idealmente deveria ser e pode ser analisado com o grau de satisfação das pessoas com os resultados da democracia; já o quarto nível faz referência ao desempenho das instituições que pode ser tratado pelas percepções, por parte dos cidadãos, ao trabalho desenvolvido por parlamentos, partidos políticos, executivos entre outros; e, por último, o quinto nível, abarca o apoio específico para com a classe política, que pode ser mensurado pela avaliação do exercício de líderes e governos (MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Este trabalho terá como foco o quarto nível, pois pretende-se conhecer um pouco mais sobre a relação dos cidadãos com as instituições do regime democrático. Será observado como as pessoas, em especial latino-americanos e, mais precisamente, brasileiros enxergam as instituições públicas e sua satisfação com o desempenho institucional.

3. DEMOCRACIA E CONFIANÇA

Nos últimos anos, foram realizados diversos trabalhos que analisaram comparativamente a democratização em diversos países. Muitas dessas análises revelaram que a desconfiança nas instituições é um fator que impacta a avaliação que os cidadãos possuem das funções do Estado e o

relacionamento que estes tem com a democracia (MOISÉS, 2013). Baquero (2003) ainda afirma que sem confiança não é possível se ter democracia.

Moisés (2013) afirma que a teoria sobre essa relação dos cidadãos com o regime democrático e a confiança nas instituições poderia ser resumida em cinco pressupostos: a alternância no poder ser respeitada tanto por quem ganha as eleições como para quem as perde; a seriedade da participação dos cidadãos com o regime e o exercício da cidadania; considerando que os riscos, nesse regime, são maiores do que suas alternativas, cabe aos cidadãos se atentarem e confiarem nos mecanismos institucionais que fazem valer a democracia; a democracia necessita de altos níveis de confiança em suas instituições destinadas à composição dos governos já que são elas que garantem a delegação de poder dos cidadãos aos seus representantes; e a confiança institucional está ligada à capacidade das instituições em realizarem bem o papel para que foram criadas (MOISÉS, 2013).

O autor relata que através desses pressupostos, observou-se que as instituições de representação, mesmo que menos harmonizadas no apoio das pessoas ao regime democrático, alguns de seus aspectos são fundamentais para o conhecimento do funcionamento da democracia, como a avaliação feita pelos cidadãos dos partidos e Congresso Nacional (MOISÉS, 2013). De acordo com o autor, as percepções de seus desempenhos, assim como do desempenho do Estado, via prestação de serviços públicos, são um dos principais elementos que compõem a satisfação dos brasileiros com a performance do regime democrático.

Uma questão que se faz relevante é a incumbência das instituições para a sociedade, já que a parte da literatura defende a confiança nelas e sua importância para o regime democrático. Segundo Moisés e Carneiro (2008), as instituições nas modernas democracias adquiriram o papel de fazer a ponte entre as aspirações dos cidadãos e o governo, através da representação, justiça, formulação e execução de políticas e assegurar a distribuição de poder. Moisés (2005) destaca duas funções das instituições, funções essas que se complementam. A primeira, diz respeito a repartição do poder decisório sobre a sociedade. Já a segunda, trata da garantia de participação da sociedade nas etapas de avaliação e julgamento do processo decisório para a coletividade. Ou seja, as instituições são uma via para que os cidadãos possam controlar o poder para que este não fira a liberdade ou desconfigure a vida pública e, também, possibilitam e viabilizam a comunicação da sociedade com o poder público para que as demandas sociais possam ser requeridas e suas preferências pelas políticas possam ser expressadas.

Como foi observado, uma das dimensões de apoio ao regime democrático seria a relação que os seus cidadãos possuem com as instituições que compõem esse regime. As instituições, por sua vez,

teriam como uma de suas funções levar as demandas da sociedade para o Estado. A literatura informa que essa relação entre cidadãos e instituições tem sido afetada pela desconfiança, ou seja, que os cidadãos estariam desconfiados do desempenho das instituições, o que contraria um dos pressupostos elencados por Moisés (2013), de que a democracia necessita de altos níveis de confiança institucional. Podemos indagar então o que seria essa confiança e o que levaria os cidadãos à desconfiarem das instituições democráticas.

3.1. CONFIANÇA

Moisés (2005) apresenta o conceito de confiança retirado do dicionário “segurança íntima de procedimento, crédito, fê” e, mais importante, à “segurança e bom conceito que inspiram as pessoas de probidade, talento, discricção, etc.” (MOISÉS, 2005 apud Novo Aurélio – Dicionário da Língua Portuguesa, 1999, p. 525). Segundo o autor, esse conceito obteve destaque e aplicação nas ciências humanas nos últimos anos e sendo discutido por diferentes vertentes quanto a sua complementação para aplicação. De um lado, a confiança tem sido vista juntamente com o cenário cultural das pessoas estudadas e, por outro lado, o conceito deve considerar a racionalidade da origem de sua utilização (MOISÉS, 2005).

As pesquisas sobre confiança nasceram no campo da psicologia social, que acabaram identificando a confiança interpessoal generalizada (MOISÉS, 2005). Essa confiança interpessoal trata de elementos constituintes de personalidades individuais e sua confiança em outros indivíduos na sociedade podendo incluir confiar nas autoridades e nas lideranças políticas, de acordo com Moisés (2005). Em consulta a literatura, o autor acrescenta que a confiança então possibilitaria que integrantes de grupos políticos façam uso de atitudes políticas que ocasionariam tanto uma virtude cívica, que fortalece a democracia, quanto aumentem sua vivência, que auxilia na obtenção de benefícios almejados pelos grupos que fazem parte dessa comunidade.

Moisés (2005) exemplifica que a confiança envolveria a expectativa de “A”, chamado pelo autor de “o confiante” sobre as atitudes e ações tomadas por “B”, que o autor denomina de “o confiado”. Entretanto, o autor inclui que como a natureza humana é imprevisível, e que em circunstâncias normais, não se tem controle sobre o comportamento de outros, a posição de “A” ficaria complicada e altamente exposta a danos, dada a imprevisibilidade das ações de “B”. Assim, Moisés (2005) mostra que há divergência nas interpretações no complemento da confiança. Os adeptos da escolha racional defendem o “encapsulamento de interesses”, que seria sob essa ótica, que

“A” saiba das intenções de “B” podendo assim, prever se suas demandas serão consideradas pelo “confiado”. O “confiado”, por sua vez, também entende que os seus interesses sejam considerados pelo “confiante”, tomando deste modo, a confiança como jogo que funciona por meio da convicção de que as demandas das partes envolvidas possam gerar benefícios para todas as partes, evitando abuso de qualquer uma delas (MOISÉS, 2005).

Moisés (2005) também mostra outra vertente, a de que a confiança seria uma variável com base no contexto sociocultural, o que para seus adeptos, o conceito não é sempre racional, em contraposição à vertente racional, pois as partes envolvidas não teriam todas as condições necessárias de obter informações suficientes sobre os interesses da parte oposta. Dessa forma, os valores sociais (como o republicanismo cívico, a solidariedade social, o desejo de reconhecimento, o altruísmo, etc) tornariam possíveis a confiança quando o cenário impossibilitar ter controle e/ou previsão do comportamento da outra parte (MOISÉS, 2005).

Até então vimos como funciona a literatura sobre confiança entre indivíduos ou em grupos. Mas como seria se ela se aplicasse em uma sociedade? Moisés (2005) afirma que o fenômeno da confiança se torna de maior importância ao se ampliar para sociedade moderna, de forma geral. Assim, segundo o autor, a confiança seria aplicada a indivíduos e/ou grupos desconhecidos, mas que são cidadãos da mesma comunidade política em busca não mais de atingir objetivos particulares, mas sim em prol de toda uma coletividade. O autor trata que para este quadro, a confiança seria um caminho para cidadãos que não se sentem seguros nas sociedades modernas, pois já que não se é possível conhecer todas as informações sobre as possibilidades existentes, os cidadãos vulneráveis confiariam, como alternativa a essa vulnerabilidade, nos gestores das ações. Estes, por sua vez, trabalhariam para atingir as metas sociais relacionadas à cidadania (MOISÉS, 2005).

3.2. CONFIANÇA POLÍTICA

Moisés (2005) trata de confiança política como sinônimo de confiança em instituições políticas. Segundo o autor, a utilização desse conceito traz à baila um debate de sua utilização, pois a confiança política estaria implicando em indivíduos confiarem não somente em outros, mas também em coisas, como as instituições políticas, ou seja, a confiança política extrapola as relações entre pessoas, mas considera também relações de confiança entre pessoas e “entes inanimados” (MOISÉS, 2005).

De acordo com o autor, esse debate é composto por visões contraditórias, com relação ao conceito. Uma das ideias se baseia na escolha racional, a qual defende que o conceito de confiança não seria aplicável pois os indivíduos que estariam na posição de confiar não teriam como se inteirar das intenções de quem está na posição do confiante. Alguns dos motivos seriam o distanciamento entre os cidadãos e o poder público e a impossibilidade dos cidadãos estarem completamente cientes das motivações de quem gere as instituições (MOISÉS, 2005).

Essa maneira de enxergar a aplicação do conceito foi criticada (MOISÉS, 2005; RIBEIRO, 2009). Uma alternativa à essa interpretação teria o viés culturalista, que procura explicar a confiança política considerando aspectos culturais existentes nas sociedades que se pretende estudar (RIBEIRO, 2009). Ribeiro (2009) destaca a interpretação de Inglehart, em que este aborda que um conjunto de mudanças nos valores individuais dos cidadãos estariam encaminhando-os a demandar mais autonomia e participação e que as instituições estariam assim atendendo a demanda da sociedade. Frente a isso, os cidadãos estariam se engajando mais politicamente e confiando cada vez mais nessas instituições, o que leva a um maior enraizamento dos fundamentos democráticos.

Ribeiro (2009) faz uma ressalva importante: a colaboração de Inglehart surte efeito sim em democracias de alta industrialização. Todavia, ela não pode ser aplicada a democracias recentes, ou seja, regimes democráticos que se consolidaram no início do século XX (RIBEIRO, 2008). Segundo o autor, o cenário político e sócioeconômico dessas democracias recentes seria muito distinto daquele existente em democracias mais antigas e isso pesa nas análises do fenômeno da confiança.

A literatura aponta que a confiança política nas democracias recentes estaria diretamente relacionada com o contentamento e satisfação com o desempenho das instituições que fazem o regime democrático funcionar (RIBEIRO, 2008).

Então para a abordagem culturalista voltada para as democracias estabelecidas no século passado, podemos seguir Moisés (2005), que afirma que o argumento é de que a confiança teria sim relevância para o funcionamento institucional da democracia porque as instituições teriam em sua constituição a função de trabalhar à favor das demandas da sociedade. Dessa forma, a confiança nas instituições se relacionaria com o sentimento de pertencimento à uma comunidade política, o que segundo os defensores dessa ideia, estaria dentro da normatividade dessas instituições. Os administradores dessas instituições também teriam assim, suas funções definidas, pois a avaliação da consistência e a coerência das normas das instituições, serviria de base para que os cidadãos avaliem também o trabalho dos gestores institucionais (MOISÉS, 2005).

A lei que rege as instituições também seria um fator crucial para fundamentar a confiança nas instituições. Como as instituições seriam regulamentadas por lei, estas então possuiriam legitimidade da comunidade política, segundo Moisés (2005), bem como o desrespeito à legislação acarretaria em sanções.

A desconfiança “expressa atitude de descrédito ou desmerecimento de alguém ou de algo” (MOISÉS, 2005, p. 34). Através da revisitação na literatura, o autor mostra que a desconfiança institucional, em certas doses, no regime democrático pode ser um fenômeno positivo, pois identifica-se a possibilidade de ser um indicativo de que os cidadãos se distanciam de uma parte da vida social que não controlam muito. Contudo, a desconfiança institucional em demasia pode indicar indiferença ou percepção de ineficiência das instituições frente ao que a sociedade demanda, corrupção, desrespeito à cidadania, descrédito entre outros fatores (MOISÉS, 2005).

3.3. CONFIANÇA POLÍTICA E INSTITUIÇÕES

Moisés (2005) volta as pesquisas de Easton para mostrar que, assim como Easton, a confiança está ligada com a experiência dos cidadãos, quando se trata de instituições. Segundo essa interpretação da relação desses dois fenômenos, as experiências que os cidadãos tem no decorrer da vida adulta com as instituições, os tornam aptos para uma avaliação racional de seu funcionamento, bem como a propagação de suas definições às gerações seguintes (MOISÉS, 2005). Essa avaliação ocasionaria a “à percepção da diferença entre desempenho específico e funções permanentes das instituições” (MOISÉS, 2005, p. 53).

Para além disso, a confiança política depende do desempenho dos gestores das instituições em facilitar o entendimento dos valores que as regem bem como de suas funções (OFFE, 1999 apud MOISÉS, 2005, p. 53). Nessa perspectiva, as políticas públicas seriam o caminho para que os cidadãos possam se inteirar sobre os processos decisórios que lhes dizem respeito e as instituições se posicionariam como orientação para os cidadãos de suas disputas democráticas (MOISÉS, 2005). A esse respeito, Moisés (2013) declara:

A confiança preencheria, portanto, o vazio deixado pela impossibilidade de as pessoas mobilizarem de modo completo os recursos cognitivos requeridos para avaliar as suas habilidades e julgar as decisões políticas que afetam suas vidas. (p. 13).

A literatura nos mostra que as regras que regem as instituições garantem que as mesmas são um meio dos cidadãos tomarem conhecimento do trabalho de governos e seus administradores, possibilitando que as ações dos gestores sejam fiscalizadas socialmente através das experiências dos cidadãos com suas instituições (MOISÉS, 2005).

Moisés (2005) prossegue considerando que a adesão dos cidadãos à essas instituições é confirmada com a percepção de que elas funcionem eficientemente, independente das orientações políticas dos governos. Apoiado em outros autores, como Norris, Moisés (2005) afirma que esse quadro se reverte quando os cidadãos percebem que sua confiança depositadas nas instituições, gestores e o governo não são considerados e respeitados por estes, aplicando-se a desconfiança política, que seria baseada no parecer dos cidadãos de que as instituições não cumprem o seu papel, indo em desacordo com os objetivos de fundação. “A desconfiança política decorreria especialmente, a sua descrença de que as instituições públicas asseguram de fato os seus direitos” (MOISÉS, 2013, p.6).

Vimos anteriormente com a literatura, que a democracia necessita que a sociedade confie em suas instituições para que o regime possa se fortalecer. As instituições seriam um canal para se fazerem ouvir e um dos mecanismos para participar do processo decisório e fiscalizar seus administradores e, também que a confiança, neste caso, vem através da avaliação, por parte da sociedade, do desempenho das instituições e se essas atual em acordo com a justificativa para que foram criadas. E que essas avaliações seriam formadas com base no contato dos cidadãos com os resultados gerados por essas instituições, como políticas públicas e a prestação de serviços públicos.

É possível agora indagar sobre como anda a aplicação desse processo. O que os estudos nos mostram sobre a situação da confiança política na nossa realidade e nas próximas a nós? Como anda a confiança política na América Latina e, mais especificamente, no Brasil?

3.4. CONFIANÇA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

É na política que se debate e se formula alternativas para a sociedade, pois é por meio da política que os cidadãos reivindicam, são representados e lutam pelo bem da comunidade em que vivem. Mas é possível notar que esse objetivo da política tem perdido seu foco, indo por caminhos diferentes aos interesses de sua sociedade. Uma consequência desse distanciamento da política de seus cidadãos seria seu esvaziamento e a incapacidade de fazer uso de meios que consigam cumprir

os desafios que a comunidade impõe. E é nesse quadro que se encontra alguns obstáculos para a confiança política na América Latina (PNUD, 2004)

Pesquisas mostram que as instituições democráticas na América Latina não são bem vistas. A PNUD, em análise aos dados do Latinobarômetro, no ano de 2002, encontrou que cerca de 36% dos latino-americanos concordam que o presidente pode tomar decisões, sem considerar os partidos políticos, caso seja preciso. Além disso, também foi notado que reconhecem a importância de partidos políticos e parlamentos para a consolidação da democracia, só que eles não estão satisfeitos com o desempenho de tais instituições.

Por essa mesma trajetória, Moisés e Carneiro (2008), também analisando dados do Latinobarômetro, dessa vez para o período de 1995 a 2002, encontraram em seus dados agregados que por toda a América Latina, os percentuais médios de confiança política não chegam a 30% e especificando para o Brasil, esse número não bate os 35% de confiança política. Outro resultado obtido pelos autores é de que, por terem amostras grandes, eles também consideraram as probabilidades dos entrevistados em desconfiarem das instituições analisadas. A América Latina a probabilidade de desconfiança em tais instituições foi a 43% e para o Brasil, 42%.

Um perfil dos latino-americanos desconfiados por traçado por Moisés e Carneiro (2008). São pessoas que não sentem orgulho de sua nacionalidade, que a cidadania não é exercida por seus compatriotas, não confiam nas pessoas, estão insatisfeitos com sua vida, são desinteressados politicamente e não se atentam à informações sobre política na televisão. Quando aos elementos sócio-demográficos, para a confiança política, a baixa escolaridade mostrou-se significativa para o modelo, apontando para uma postura acrítica com relação ao funcionamento das instituições. Na contramão, se encontram os mais escolarizados, que adotam uma postura mais crítica, se apresentando como mais insatisfeitos, indo em acordo com a posição crítica, do conceito de cidadão crítico de Norris (MOISÉS e CARNEIRO, 2008).

Para o caso do Brasil, Moisés (2005) afirma que pesquisas realizadas concluíram que os brasileiros apoiam o regime democrático; entretanto, 2/3 deles não confiam, em níveis diferentes, nas instituições que compõe o regime, como partidos, tribunais de justiça, executivos e nos serviços públicos de segurança, saúde e educação.

De acordo com o autor, entre 1989 e 1993 foram realizados surveys que mostraram que a percepção negativa das instituições perpassa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica e, também, influenciando a proposição de participação política desses cidadãos.

Os resultados de Moisés e Carneiro (2008) apontam para o caminho na literatura de que as experiências dos indivíduos impactam a confiança política. Para os autores, isso sugere que a confiança, neste caso, está vinculada a vivência das regras e normas que trabalham para que todos sejam vistos igualmente frente à legislação. Já a atitude dos cidadãos na política está ligada ao sucesso prático das instituições e governos em atender os interesses da sociedade e/ou considerá-los no processo decisório. Quando a situação mostra ineficiência ou a indiferença às demandas sociais, os cidadãos já relacionam com corrupção, fraude e desrespeito ao interesse social, o que gera um clima de descrédito e desconfiança nas instituições e até mesmo o distanciamento desses cidadãos da política (MOISÉS e CARNEIRO, 2008),

Ribeiro (2009) chega a conclusões bem próximas em suas análises, de que o bom funcionamento do regime seria uma melhor explicação para a desconfiança nas democracias recentes ao comparar com as teorias anteriores como a de Inglehart. O afastamento da justificativa normativa, ou seja, da motivação de criação em termos de valores das instituições e o seu real desempenho indica uma quebra nas expectativas dos cidadãos brasileiros e desilusão, caminhando para a ausência de confiança institucional (RIBEIRO, 2009).

Aqui faz-se importante mencionar que mesmo governos, partidos políticos Congresso Nacional e judiciário sofram várias denúncias de corrupção e má utilização dos recursos públicos as instituições democráticas seguem funcionando, bem como os ciclos eleitorais que garantem a rotatividade no poder (MOISÉS e CARNEIRO, 2008), o que é de extrema relevância para a democracia. É que nas pesquisas feitas sobre o tema, inclusive nas utilizadas nesse trabalho, os cidadãos latino-americanos, incluindo brasileiros, apoiam o regime democrático, mesmo desacreditados e desconfiados de suas instituições (MOISÉS, 2005; MOISÉS e CARNEIRO, 2008; RIBEIRO, 2009).

4. INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS

Como vimos anteriormente na literatura, em democracia mais antigas, o apoio a democracia se faz no decorrer do tempo sobre a socialização com os valores democráticos. Já nos regimes mais recentes, o regime democrático deve ser capaz de realizar as demandas da coletividade, por meio de suas instituições, para que os cidadãos apoiem a democracia (MENEGUELLO, 2013).

Seguindo essa vertente, Meneguello (2013) elabora um construto para analisar o desempenho do regime democrático no Brasil, com base na satisfação com a democracia e aspectos que viabilizam

a avaliação do regime, como a avaliação governamental difusa e a avaliação dos cidadãos quanto aos serviços públicos.

Na intenção de verificar, nas palavras da autora, “o estado de coisas em que vive o país”, foram elaborados quatro conjuntos de questões para mensurar a crítica dos cidadãos com a situação em que o Brasil se encontra (MENEGUELLO, 2013). O primeiro conjunto, utiliza medidas de satisfação com o funcionamento da democracia, o grau de completude do regime e a validade dos processos eleitorais para avaliar o desempenho da democracia; o segundo conjunto, diz respeito à economia sob dimensões sociotrópicas passadas, presente e futura, bem como avaliação do cenário econômico individual e familiar e a avaliação da capacidade do salário. Já o terceiro grupo de questões, utiliza a hipótese de que o desempenho governamental, em específico a relação com os serviços públicos, estaria ligado ao desempenho do regime. Os serviços públicos seriam então um meio de contato direto e cotidiano dos cidadãos com o funcionamento do Estado (LISTHAUG, 1998 apud MENEGUELLO, 2013). E por fim, o quarto conjunto de questões avalia o desempenho das instituições públicas privadas, em que estas seriam intermediárias entre os cidadãos e o sistema central para avaliar o desempenho da democracia (MENEGUELLO, 2013).

Podemos destacar o papel da avaliação dos serviços públicos feita pelos cidadãos na forma de se verificar o desempenho do regime democrático (MOISÉS, 2005; CHRISTENSEN e LÆGREID, 2005; MENEGUELLO, 2013).

Outro resultado relevante encontrado pela autora em suas análises seria de que a avaliação do desempenho da democracia teria dependência, em primeira instância, com a avaliação dos cidadãos sobre as instituições democráticas e da avaliação dos serviços públicos, mostrando segundo a autora, que na visão dos cidadãos, a capacidade de gestão do sistema tem sua avaliação baseada na gestão pública de seu cotidiano e nas instituições que orientam o governo e a representação de seus interesses (MENEGUELLO, 2013). “Esses dados sugerem a presença de um entendimento razoável das bases de funcionamento do sistema, em que as instituições e a gestão pública tem papel central” (MENEGUELLO, 2013, p. 18).

A autora conclui então que apesar das instituições representativas se localizarem em uma dimensão menos organizada do apoio ao regime democrático, a avaliação delas no geral, considerando partidos e congresso, tem importante função para compreender o desempenho do regime (MENEGUELLO, 2013; MOISÉS, 2013). As percepções de atuação das instituições e a percepção do estado, via execução dos serviços públicos, são, de acordo com a autora, as principais dimensões que compõem a satisfação com o funcionamento da democracia.

O campo de avaliação que os brasileiros fazem dos serviços públicos é uma temática pouco estudada, ao passo que já existem justificativas que tornam esse campo de estudo, relevante (BONIFÁCIO e SCHLEGEL, 2013). Os autores acrescentam que, tal avaliação é um potente indicativo para responsividade, pois mostra o grau de satisfação do cidadão com o desempenho do Estado na tarefa de realizar suas funções centrais, servindo aos cidadãos serviços básicos como saúde e educação, a partir do recolhimento de impostos. Responsividade aqui se refere a capacidade de resposta que o Estado tem em responder às demandas colocadas pela sociedade. Fernández, Coelho e Abad (2014) afirmam que um governo passa a ser responsivo no momento em que executa políticas públicas que vão de acordo com as demandas de seus representados. Além de também afirmarem que essa avaliação impacta, indiretamente, as instituições, Bonifácio e Schlegel (2013), em consulta a literatura, levantam que a confiança das instituições impactadas pela avaliação dos serviços públicos seriam o Executivo e dos políticos (Congresso Nacional).

Bonifácio e Schlegel (2013) ainda analisam a qualidade da informação que o cidadão tem para a avaliação das instituições e sua relação com o desempenho das mesmas. Sendo assim, informações de boa qualidade sobre o desempenho de má qualidade, resulta em baixas na avaliação. Se ocorre a mudança no desempenho institucional, mas os cidadãos não percebem tal mudança, a avaliação tende a ser a mesma etc. Sendo assim, para os autores, deve-se investigar essa avaliação dos serviços públicos com uma interpretação abrangente, pois mudanças em algum aspecto da avaliação dos serviços públicos impactariam a avaliação institucional do regime democrático.

Sendo assim, para Bonifácio e Schlegel (2013), valores adquiridos na socialização e informações afetam os critérios que os cidadãos utilizam para compor a avaliação que fazem das instituições. Os autores então, fazem uso de aspectos socioeconômicos e demográficos que influenciam tal avaliação. Testam a hipótese de que cidadãos com melhor renda e que residem em maiores municípios e, também, atributos pessoais que utilizam para obter conhecimento, como escolaridade, avaliem negativamente instituições e serviços.

Com relação à informação, os autores destacam a mídia é uma fonte de informação que os cidadãos possuem. Cidadãos críticos possuem elevados níveis de informação, o que segundo os autores, eles seriam mais céticos com relação ao que diz respeito ao Estado (BONIFÁCIO e SCHLEGEL, 2013). Podemos considerar assim que a aquisição de informação, em um de seus modos via mídia, molda a perspectiva dos cidadãos que a possuem, neste caso, sobre o desempenho do Estado. Os autores esperavam então que os mais informados seriam mais críticos em sua avaliação dos serviços públicos, pois a informação “ampliaria seu nível de informação, interesse pela política e

eficácia subjetiva – isto é, a crença de que é capaz de influir na política – e diminuiria os custos para participar da vida pública” (BONIFÁCIO e SCHLEGEL, 2013, p. 5).

Bonifácio e Schlegel (2013) concluíram que seus resultados apontam para teoria de cidadão crítico como melhor explicação para a avaliação dos brasileiros sobre os serviços públicos. As variáveis referentes a uso da mídia não se mostraram influentes sobre a avaliação dos resultados dos autores. O resultado final encontrado foi de que, para o banco e ano analisados, a avaliação dos brasileiros sobre os serviços públicos é mais negativa do que positiva.

Até aqui, vimos que o apoio à democracia perpassa por dimensões, uma delas seria a relação entre os cidadãos e as instituições que compõem esse regime. Essa relação deve, para o bem da estabilização do regime, ser regada de altos níveis de confiança política, já que as instituições intermediam as demandas dos cidadãos para o Estado e não há mecanismos de garantia de que os representantes atendam, completamente, as demandas sociais. Essa confiança política estaria correlacionada, em democracias mais antigas, com a socialização dos valores políticos, como como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional; já em democracias recentes, a confiança política estaria ligada ao desempenho do Estado, governos e instituições. Nessas democracias recentes, que são as que funcionam na América Latina, estudos mostram que há descrédito e desconfiança dos cidadãos com o funcionamento das instituições democráticas ao atenderem suas demandas, podendo destacar o Brasil no mesmo cenário. Outros estudos revelaram que essa avaliação do desempenho institucional, no caso brasileiro, leva em consideração a percepção de funcionamento dos serviços públicos, já que estes são o contato diário das pessoas com o trabalho que vem sendo realizado pelo Estado. No caso brasileiro, foi encontrado apreciação negativa dos cidadãos quanto a execução de tais serviços.

Tomando essa situação para o Brasil, este trabalho pretende analisar o perfil sócioeconômico e demográfico dos brasileiros, no ano de 2015, quanto a sua insatisfação com um serviço público: a educação.

5. EDUCAÇÃO NO BRASIL

O alcance de uma educação de qualidade ao longo da vida se torna cada vez mais relevante para a plena inserção social dos indivíduos. Dessa forma, o perfil das pessoas com a acesso educacional, bem como o perfil educacional da população são dados fundamentais para se tomar

conhecimento da condição do Brasil e orientar políticas públicas para que estas melhorem as condições de vida dos habitantes do país (IBGE, 2015).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua publicação Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015 apresentam arranjos de informações sobre a condição social do Brasil, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada anualmente no país.

Segundo a publicação, a rede privada de educação teve aumento de sua atuação em dois dos níveis de ensino: fundamental e superior, nos 10 anos analisados (2004 a 2014). Nesse primeiro ano, o percentual de estudantes da rede privada era de 11,2% no ensino fundamental, 15% no ensino médio e 73,3% no ensino superior. Já no último ano pesquisado, esses números saltaram para 14,6%, 12,8% e 76,8% respectivamente.

Com relação ao perfil econômico dos estudantes das redes pública e privada, a primeira continuou atendendo a população correspondente aos 20% mais pobres do país nos ensinos fundamental e médio, enquanto a segunda concentra os mais ricos, embora as pesquisas mostrem que o percentual de alunos mais pobres tenha aumentado na rede privada. Já para o ensino superior, o estudo mostra que o acesso, tanto da rede privada, quanto da pública, se democratizaram. Os estudantes com rendas mais baixas aumentaram sua participação e os alunos com maiores rendas perderam representação no total (IBGE, 2015).

Aqui cabe salientar uma especificidade para o caso do Brasil, como coloca Baquero (2001). De acordo com o autor, há uma particularidade da cultura de nosso país que deve ser levada em consideração. Ao invés da população, que se encontra descontente com a situação do país, se organizar e pressionarem o Estado por suas demandas, ela acaba desacreditando na autoridade do Estado e em suas ações, como é o caso da educação pública, que segundo Baquero (2001), quando insatisfeitos com a qualidade do ensino, não demandam do governo melhorias na educação, mas acabam optando pela educação particular.

6. JUSTIFICATIVA

A educação é um direito básico fundamental e garantido pela Constituição Federal de 1988. Segundo o capítulo III, Seção I, Art. 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Como diz o artigo, cabe ao Estado ofertar uma educação pública de qualidade e sua construção deve ser feita juntamente com a sociedade. Uma das formas da sociedade participar e dar um *feedback* para o Estado seria sua avaliação com os serviços prestados (LISTHAUG, 1998 apud MENEGUELLO, 2013).

Verificar a satisfação ou a insatisfação dos “clientes”, ou seja dos usuários do que é servido pelo poder público, nesse caso, cidadãos, pode servir de *inputs* para a formulação de novas políticas públicas e a reformulação das já existentes. Cabe aos gestores públicos, funcionários do Estado, servidores do público em geral, se atentarem e atenderem às demandas da sociedade, fazendo-se importante assim, saber a avaliação das políticas feita pelos cidadãos. Além disso, Moisés (2005) mostra que o desempenho dos administradores públicos também estariam sendo avaliados quando se avaliam os setores públicos.

Este trabalho busca contribuir para se conhecer um pouco mais a respeito dos brasileiros que estão insatisfeitos com a educação pública, apontando alguns preditores de seu perfil socioeconômico e demográfico, no ano de 2015.

7. OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo:

7.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo deste trabalho é identificar aspectos socioeconômico e demográficos que contribuem para o entendimento dos insatisfeitos com a educação pública no Brasil, no ano de 2015.

7.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Além disso, também é objetivo deste trabalho observar se:

- Considerando classes sociais, qual delas apresentariam insatisfeitos com a educação pública no país;
- Considerando situação econômica pessoal e de sua família, quais cidadãos seriam mais insatisfeitos com a educação pública no país;
- Levando em conta a raça, qual delas apresentariam insatisfeitos com a educação pública brasileira;
- Em qual das regiões do Brasil apresentariam mais insatisfeitos com a educação pública;
- A escolaridade dos cidadãos insatisfeitos com a educação pública no Brasil, considerando anos de estudo;
- A insatisfeitos com o serviço de educação pública no Brasil, levando em consideração a compreensão sobre política da população;
- A insatisfação com a educação pública brasileira considerando a percepção de que o governo trabalha para o povo; e
- A insatisfação com a educação pública brasileira considerando a percepção de representatividade do governo para com seus cidadãos.

8. METODOLOGIA

Baseados nas hipóteses testadas e resultados encontrados por Bonifácio e Schlegel (2013), a hipótese aqui testada será de que cidadãos homens, com idade entre 31 a 64 anos, que se consideram pertencentes à classe social alta, que classifica sua situação econômica como boa, brancos, que estejam na região sudeste do país, com nível superior completo/incompleto sejam mais insatisfeitos com a educação pública no Brasil, no ano de 2015.

Dessa forma:

- cidadãos que se consideram de classes sociais mais altas sejam mais insatisfeitos com a educação pública no país;
- cidadãos que classificam sua situação econômica e de sua família como boa sejam mais insatisfeitos com a educação pública no país;
- cidadãos brancos sejam mais insatisfeitos com a educação pública brasileira;
- brasileiros das regiões com melhor desenvolvimento, como sul e sudeste, sejam mais insatisfeitos com a educação pública;
- cidadãos com mais anos de estudo façam parte dos insatisfeitos com a educação pública brasileira;
- cidadãos que compreendam política sejam mais insatisfeitos com o serviço de educação pública no Brasil;
- cidadãos que percebam que o governo trabalha para o povo sejam mais insatisfeitos com a educação pública; e
- cidadãos que se sentem representados pelo governo façam parte do grupo de insatisfeitos com a educação pública brasileira.

8.1. DADOS E TÉCNICAS A SEREM UTILIZADOS

O banco a ser utilizado nas análises será o Latinobarômetro, para o Brasil, no ano de 2015, ano em que consiste nossa variável dependente. O número de observações do banco a ser utilizado é 1250. Será realizado um modelo de regressão logística binária, pois pretende-se encontrar o impacto das variáveis independentes sobre a variável dependente.

De acordo com o site da corporação, o Latinobarômetro é uma ONG, sem fins lucrativos e com sede em Santiago, no Chile, que estuda o desenvolvimento democrático, econômico e social em

seu conjunto. Em suas pesquisas, utilizam indicadores de opinião pública que mensuram valores e comportamentos de cidadãos latino-americanos. Os resultados são do interesse de estudiosos sócio-políticos da América Latina, bem como estudiosos internacionais e governamentais, além dos meios de comunicação.

Suas rodadas são anuais e se aproximam de 20 mil entrevistas, representam 600 milhões de habitantes, nos 18 países da América Latina, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Como o objetivo deste trabalho é identificar um perfil socioeconômico e demográfico dos brasileiros insatisfeitos com a educação pública no país, para o ano de 2015, nossa variável dependente é satisfação com a educação pública. Além dela, faremos uso das seguintes variáveis independentes: sexo, idade, auto-declaração de pertencimento a uma classe social, percepção de sua situação econômica no ano da pesquisa, auto-declaração de raça, região do país, anos de estudo.

Como variáveis de controle serão utilizadas variáveis de compreensão de política, percepção de para quem o governo governa e representação. A primeira, estaria ligado ao processo cognitivo de se buscar informações sobre política, a fim de desmistificá-la e entendê-la, o que demonstra certo grau de interesse pela temática, indicando atenção aos valores políticos. A segunda diz respeito a percepção de que o governo considera as demandas do povo no processo decisório, um dos elementos relacionados com as atitudes dos cidadãos para com a política (MOISÉS e CARNEIRO, 2008). Nesse mesmo âmbito, podemos encontrar a terceira variável, de percepção de representação, pois a avaliação dos representantes também se mostra relevante ao avaliar os serviços públicos (MOISÉS, 2005; 2013).

Tabela 1 – Frequência e percentuais Satisfação com Educação Pública

Satisfação com Educação Pública	Freq.	Percent	Cum.
Não sabe, não respondeu	22	1.760	1.760
Muito satisfeito	15	1.200	2.960
Satisfeito	281	22.48	25.44
Não muito satisfeito	480	38.40	63.84
Nada satisfeito	452	36.16	100

Total 1,250 100

Fonte: Latinobarômetro 2015

Observa-se pela Tabela 1 que a maioria dos entrevistados não se encontram satisfeitos com a educação pública. Somando os percentuais dos não muito satisfeitos com os nada satisfeitos temos 74,56% de insatisfação com o serviço público, contra 23,68% de satisfação.

Tabela 2 – Frequência e percentuais Sexo

Sexo	Freq.	Percent	Cum.
Masculino	618	49.44	49.44
Feminino	632	50.56	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

Para a variável Sexo, temos que 50,56% das observações do banco são referentes a mulheres. Os percentuais masculinos são de 49,44%, como consta na Tabela 2.

Tabela 3 – Frequência e percentuais Idade

Idade (anos)	Freq.	Percent.	Cum.
16 a 30	412	32.96	32.96
31 a 64	722	57.76	90,72
65 a 92	116	9.280	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

A variável Idade, representada pela Tabela 3, se apresenta de forma extensa, num intervalo que vai dos 16 anos até os 92 anos. A tabela 3 mostra as frequências e os percentuais agrupados. Como é possível observar, a grande maioria dos entrevistados se encontra entre os 31 e 64 anos, com 57,76% dos entrevistados. Os mais jovens, de 16 a 30 anos, são 32,96% das pessoas entrevistadas, sendo os mais velhos com menor percentual, 9,28%.

Tabela 4 – Frequência e percentuais Classe Social subjetiva

Classe Social subjetiva	Freq.	Percent	Cum.
Não respondeu	6	0.480	0.480
Não sabe	24	1.920	2.400
Alta	7	0.560	2.960
Média alta	25	2,000	4.960
Média	401	32.08	37.04
Média Baixa	423	33.84	70.88
Baixa	364	29.12	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

A Tabela 4 diz respeito a variável referente a classe social, que é classificada pelo próprio entrevistado, por isso subjetiva. Podemos notar que as pessoas entrevistadas que se classificaram nas rendas mais altas, são minoria de apenas 2,56% juntas. Já os entrevistados de classe média correspondem a 32,08% dos entrevistados. A maioria dos entrevistados se auto classificaram nas classes mais baixas, que somadas obtém 62,96%.

Tabela 5 – Frequência e percentuais Situação Econômica

Situação Econômica	Freq.	Percent	Cum.
Não respondeu	3	0.240	0.240
Não sabe	9	0.720	0.960
Muito Boa	41	3.280	4.240
Boa	446	35.68	39.92
Regular	602	48.16	88.08

Má	119	9.520	97.60
Muito Má	30	2.400	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

A tabela 5 mostra a percepção da situação econômica dos entrevistados retratados pelos próprios entrevistados. Os que classificaram sua situação econômica boa e muito boa correspondem a 38,96% juntos. Os que classificam sua situação econômica como má ou muito má obtiveram 11,92%. A maior parte dos entrevistados classificou sua situação como regular (48,16%).

Tabela 6 – Frequência e percentuais Raça

Raça	Freq.	Percent	Cum.
Não respondeu	14	1.120	1.120
Não sabe	12	0.960	2.080
Asiática	9	0.720	2.800
Negra	201	16.08	18.88
Indígena	10	0.800	19.68
Mestiça	159	12.72	32.40
Mulata	145	11.60	44,00
Branca	518	41.44	85.44
Outra	182	14.56	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

Para a variável de raça, como na tabela 6, temos que a maioria dos entrevistados se reconheceu pertencendo a raça branca (41,44%). Os declarados pertencentes a raça negra ficaram com 16,08%. Curioso notar que 14,56% dos entrevistados se consideram pertencentes a outras raças não listadas.

Tabela 7 – Frequência e percentuais Região do País

Região do país	Freq.	Percent	Cum.
Norte	108	8.640	8.640
Nordeste	320	25.60	34,24
Centro-oeste	96	7.680	41,92
Sudeste	542	43.36	85,22
Sul	184	14.72	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

A variável correspondente a região do país (Tabela 7), mostra que a região com maior percentual de entrevistados foi a sudeste (43,36%) e a segunda com maior número de entrevistados é a região nordeste, com 25,60%. As regiões sul, norte e centro-oeste alcançaram 14.72%, 8.64% e 7.68% dos entrevistados, respectivamente.

Tabela 8 – Frequência e percentuais Anos de Estudo

Anos de Estudo	Freq.	Percent	Cum.
Sem estudo	111	8.880	8.880
2 anos	38	3.040	11.92
3 anos	26	2.080	14
4 anos	53	4.240	18.24
5 anos	66	5.280	23.52
6 anos	22	1.760	25.28
7 anos	39	3.120	28.40
8 anos	32	2.560	30.96
9 anos	117	9.360	40.32

10 anos	60	4.800	45.12
11 anos	65	5.200	50.32
12 anos	385	30.80	81.12
Superior Incom.	114	9.120	90.24
Superior Comp.	122	9.760	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

A maioria dos entrevistados possui 12 anos de estudos (30,80%). Os entrevistados com superior completo correspondem a 9,76% dos entrevistados. Não muito distante, os entrevistados sem estudos fazem parte de 8,88% dos entrevistados.

Tabela 9 – Frequência e percentuais Compreensão de Política

Compreensão de Política	Freq.	Percent	Cum.
Não respondeu	9	0.720	0.720
Não sabe	46	3.680	4.400
Não se compreende	728	58.24	62.64
Se compreende	467	37.36	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

A variável de compreensão de política mostrou que grande parte dos entrevistados, 58,24%, considera a política algo complicado e que não se entende. 37,36% dos entrevistados acha que política não é complicado e possível de se entender, como mostra a Tabela 9.

Tabela 10 – Frequência e percentuais Para quem o governo trabalha

Para quem o governo governa	Freq.	Percent	Cum.
Não sabe, não respondeu	28	2.240	2.240
Grupos poderosos em seu próprio benefício	1,076	86.08	88.32
Para o bem de todo o povo	146	11.68	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

Como consta na tabela 10, 86,08% dos entrevistados considera que o governo está trabalhando em benefícios de grupos seletos. Apenas 11,68% considera que o governo trabalha em prol do povo.

Tabela 11 – Frequência e percentuais Percepção de Representação

Percepção de Representação	Freq.	Percent	Cum.
Não respondeu	8	0.640	0.640
Não sabe	44	3.520	4.160
Sim	234	18.72	22.88
Não	964	77.12	100
Total	1,250	100	

Fonte: Latinobarômetro 2015

No tocante a percepção de representação, observamos que 77,12% dos entrevistados não se sentem representados pelo governo. A percepção positiva de representação do governo fica com 18,72% dos entrevistados.

8.2. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Como visto na análise descritiva acima, todas as variáveis a serem utilizadas no nosso modelo são categóricas. Com a finalidade de simplificar a análise e a interpretação dos resultados, todas as variáveis utilizadas serão recodificadas e binarizadas.

Para nossa variável resposta, *Você diria que se encontra muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com a maneira como funciona a educação pública*, sua binarização será feita da seguinte forma: não muito satisfeitos e nada satisfeitos receberam valor 1 e as demais categorias serão recodificadas com o valor 0, ou seja, na referência, já que nossa intenção é analisar os insatisfeitos.

A variável *sexo* será recodificada com 1 para homem e 0 para mulheres.

Para *idade*, suas categorias serão reagrupadas para 16 e 30 anos (16 a 30 anos com valor 1 e as outras com 0); 31 a 64 anos (31 a 64 anos com valor 1 e as demais com 0); e 65 a 92 anos (65 a 92 anos com valor 1 e as outras com 0).

Com relação à variável *Você se descreveria como pertencendo a classe alta, média alta, média, média baixa ou baixa?*, os agrupamentos das categorias serão: alta (alta e média recodificadas com valor 1 e as demais 0); média (categoria média com valor 1 e as outras com valor 0); e baixa (média baixa e baixa com valor 1 e as outras com 0).

No que tange a variável *Como qualificaria no geral sua situação econômica atual e de sua família? Muito boa, boa, regular, má ou muito má?*, suas categorias serão compiladas como Boa (muito boa e boa com valor 1 e as demais na referência), regular (regular com valor 1 e as outras categorias com valor 0); e má (má e muito má com valor 1 e as outras ficaram como referência).

Para a variável correspondente a raça, temos *A que raça se considera pertencente? Asiática, negra, indígena, mestiça, mulata, branca outra?* Suas categorias serão reagrupadas em branca (branca com valor 1 e as demais com valor 0) e não-brancos (em que todas as categorias receberão valor 1, com exceção da branca, que fica na referência).

A variável região do país consta com as categorias das cinco regiões do Brasil, que serão compiladas como Norte (região Norte com valor 1 e as outras na referência); Nordeste (Nordeste com valor 1 e as demais com valor 0); Centro-oeste (centro-oeste com valor 1 e as outras na referência); Sudeste (sudeste com valor 1 e as demais com valor 0); e Sul (sul com valor 1 e as outras com 0).

No que diz respeito a variável ano de estudo do entrevistado, serão geradas as seguintes dummies: sem estudo (sem estudo com valor 1 e as demais na referência); 2 a 7 anos de estudo (2 a 7 anos com valor 1 e restantes na referência); 8 a 12 anos de estudo (8 a 12 anos com valor 1 e as outras com valor 0); e ensino superior incompleto/completo (universitário incompleto e completo com valor 1 e as demais na referência).

A variável para compreensão de política *Há pessoas que dizem que a política é tão complicada que frequentemente não se pode entender o que acontece. Outros opinam que a política não é tão*

complicada e se pode entender o que acontece. O que você considera? possui duas categorias: *a política é tão complicada que não se entende* e *a política não é tão complicada e se entende*. A segunda categoria receberá valor 1, enquanto a primeira se tornará a categoria de referência, com valor 0.

Já para a variável *Você diria que o Brasil está sendo governado por grupos poderosos em seu benefício ou que está sendo governado para o povo?* a categoria para o benefício do povo receberá valor 1 e o governo para grupos poderosos está como referência.

Por fim, para a variável de representação, *Você se sente politicamente representado no governo?* os entrevistados que responderam sim receberão valor 1 e os que responderam não estarão na categoria de referência.

Dado o tratamento na variável dependente como binária e sua condição de qualitativa, o modelo de análise a ser utilizado será regressão logística. Segundo Amaral (2012), utiliza-se o modelo de regressão logístico quando a variável a ser analisada é qualitativa e possui dois resultados possíveis. De acordo com Ferreira (2012), esses resultados possíveis recebem o nome de "fracasso" e "sucesso",

Uma vantagem desse modelo é sua abordagem probabilística (Karan, 2006), onde é estimado a chance de um evento ocorrer, com um conjunto de variáveis independentes. Para Hower e Lemeshow *apud* Karan (2006), o objetivo deste método é encontrar o melhor relacionamento entre as variáveis independentes e a variável resposta, com o ajuste matemático razoavelmente explicável.

Tabela 12 – Regressão Logística para Insatisfeitos com a educação pública

VARIÁVEIS	Odds Ratio
Sexo (referência: mulher)	
Homem	0.914 (0.128)
Idade (referência: 65 a 92 anos)	
16 a 30 anos	1.625* (0.446)
31 a 64 anos	1.846*** (0.428)
Classe social (referência: Classe baixa)	
Classe alta	0.621 (0.295)
Classe média	0.765* (0.119)
Situação econômica (referência: má situação econômica)	
Boa situação econômica	0.956 (0.221)
Regular situação econômica	1.077 (0.234)
Raça (referência: não brancos)	
Branco	1.228 (0.181)
Região do país (referência: Norte)	
Nordeste	0.839 (0.251)
Sudeste	0.839 (0.251)
Sul	0.272*** (0.086)
Centro Oeste	0.603 (0.216)
Anos de estudo (referência: sem estudos)	
2 a 7 anos	1.528* (0.374)
8 a 12 anos	3,414*** (0.843)
Ensino superior incompleto	5.545*** (2.163)

Ensino superior completo	5.436*** (1.929)
Compreende política	0.970 (0.150)
Gov. governa para o povo	0.696* (0.146)
Percepção de serem representados	0.556*** (0.101)
Intercepto	1.349 (0.500)
Observações	1,250

Robust standard errors in parentheses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Latinobarômetro 2015

9. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como podemos observar, as variáveis de idade, classe média, região sul, as variáveis de anos de estudo e as de controle, de percepção de que o governo governa para o povo e percepção de representação se mostraram significativas em nosso modelo. Para fins de interpretação, será calculado o efeito percentual de cada variável significativa. O efeito percentual é calculado por $(\text{Razão de chance} - 1) * 100$ e indica qual o diferencial em relação à categoria de referência.

Nas variáveis pertencentes a idade, encontramos que os cidadãos na faixa entre 16 e 30 anos aumentam em 62,5% as chances do entrevistado estar insatisfeito com a educação pública no Brasil, se comparado com os entrevistados que estão na faixa de 65 a 92 anos. Além disso, o fato dos cidadãos terem entre 31 e 64 anos, aumenta as chances do entrevistado em 84,6% de estar insatisfeito com a educação pública, quando comparado com os cidadãos de mais idade (65 a 92 anos).

Com relação à classe social, foi encontrado que o fato dos cidadãos se classificarem como pertencentes à classe média diminui em 23,5% as chances de estarem insatisfeitos com a educação pública, ao compará-los com os que se auto classificam pertencentes à classe baixa. Nessa mesma direção, para região do país, foi identificado que os cidadãos do sul do Brasil tem chances menores, de 72,8%, de estarem insatisfeitos com a educação pública, se comparados com os cidadãos do norte do país.

Já para as variáveis de anos de estudo, encontramos que ter de 2 a 7 anos de estudo aumentam as chances em 52,8% de serem insatisfeitos com a educação pública, quando comparados com os

cidadãos sem escolaridade. O efeito no mesmo sentido, embora de maior impacto, aparece quando se trata do fato do entrevistado ter de 8 a 12 anos de estudos. Neste caso, as chances de serem insatisfeitos com a educação aumentam em 241,4%, se comparados com os não escolarizados. E esse efeito se mostra ainda maior nos mais escolarizados, em que, os que possuem ensino superior incompleto e completo. Para os cidadãos com ensino superior incompleto, as chances de serem insatisfeitos com a educação pública do país são 454,5% maiores ao serem comparados com os sem escolaridade e, cidadãos com ensino superior completo possuem 443,6% mais chances de serem insatisfeitos com a educação pública se comparados à categoria de referências.

Agora, para as variáveis de controle, para a variável de percepção de que o governo governa para o povo, o modelo mostrou que os que acham que o governo trabalha pelo bem do povo tem menos chances, de 30,4%, em estarem insatisfeitos com a educação pública, do que os que acreditam que o governo trabalha em benefício de pequenos grupos.

E por fim, os entrevistados que se sentem representados pelo governo tem menores chances, de 44,4%, de estarem insatisfeitos com a educação pública, quando comparados com os cidadãos que não se sentem representados.

Os resultados aqui encontrados caminham junto com Bonifácio e Schlegel (2013), em que os anos de estudo tornam os brasileiros mais céticos no que tange as avaliações dos serviços públicos, endossando a ideia do cidadão crítico como um fator que deve ser levado em consideração quando se analisa a avaliação feita pelos cidadãos dos serviços públicos ofertados pelo Estado. Para o caso da educação pública brasileira, no ano de 2015, os efeitos de serem insatisfeitos começam negativo, com os cidadãos com menos anos de estudo e se tornam positivos e crescentes conforme se aumenta a escolaridade dos entrevistados.

10. CONCLUSÃO

Como foi possível contatar em nossas análises, algumas de nossas hipóteses não se mostraram estatisticamente relevantes: sexo, situação econômica e raça. Já as variáveis de idade, classe social e região do país se mostraram estatisticamente significantes, mas com o sentido contrário, diminuindo as chances de serem insatisfeitos com a educação pública no Brasil.

O grande destaque se deu para os anos de estudo dos entrevistados. Cidadãos com menos anos de estudo se mostraram menos propensos a serem insatisfeitos com a educação pública. Entretanto, à medida que os anos de escolaridade aumentam, as chances de serem insatisfeitos com tal serviço público aumentam, chegando a mais de 400% para os níveis mais altos de escolaridade, se comparados com cidadãos que não possuem escolaridade. Podemos notar então que nossos resultados, para o ano testado, se aproximam dos encontrados por Bonifácio e Schlegel (2013).

Foi possível então entender um pouco mais sobre o perfil dos brasileiros insatisfeitos com a educação pública em 2015. Um dos pontos positivos de se identificar quem são os usuários que insatisfeitos com os serviços públicos é mostrar para os gestores públicos onde o Estado pode encontrar quem pode fornecer informações para melhorar suas políticas públicas, pois como vimos, os serviços públicos são os meios pelos quais os cidadãos tem contato com o que o governo lhes oferece, além de avaliar os administradores das instituições.

A avaliação do desempenho do poder público, assim como de seus administradores, está relacionado a confiança política no Brasil e na América Latina. A confiança nas instituições, por sua vez, tem o papel de cobrir a lacuna entre o que é esperado pela sociedade e o que seus representantes e gestores públicos entregam à sociedade, pois segundo a literatura, não é possível garantir que todos os atores envolvidos no processo decisório conheçam todas as intensões que estão em jogo.

Confiar nas instituições, seria então, um fator fundamental para o funcionamento democrático. E que essa confiança está abalada nos países latino-americanos. Entretanto, pesquisas mostram que o apoio ao regime democrático ainda persiste, mesmo com desconfiança e descrédito institucional.

Esse trabalho foi mais um esforço de contribuição para uma área de pesquisa que ainda não é muito desenvolvida no Brasil, a avaliação dos cidadãos para com os serviços que lhes são prestados pelo Estado, que como foi apontado pela literatura, se faz de grande relevância para entender o apoio ao sistema democrático.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, E. F. L. Aula Extra: Análise de Regressão Logística, 13 de dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/>> Acessado em 13 set. 2017.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Ciência Política*, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003. <<http://igepp.com.br/>> Data de acesso: 2 out. 2017

BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 15, nº 4, out./dez. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/>> Data de acesso: 3 out. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/>> Acessado em 10 nov. 2017.

CHRISTENSEN, T. e LÆGREID, P. Trust in Government: The Relative Importance of Service Satisfaction, Political Factors, and Demography, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259369331_Trust_in_Government_The_Relative_Importance_of_Service_Satisfaction_Political_Factors_and_Demography . Acessado em 13 Nov. 2017.

EASTON, D. A systems analysis of political life. New York: Wiley, 1965.

FERNÁNDEZ, M., COELHO, A., ABAD, A. Representación política y responsiveness em Brasil contemporâneo. *Revista de Ciência Política*, Chile, vol. 52, nº 1. 2014. p. 123-144. <<http://www.revistapolitica.uchile.cl/>> Data de acesso: 1 out. 2017.

FERREIRA, A. Regressão Logística: Disciplinas de Modelos Lineares 2012/2. Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Departamento de Modelagem computacional, 2012. Disponível em: <<http://wiki.nosdigitais.teia.org.br/>> Acessado em 13 set. 2017.

FUKS, M. e BONIFÁCIO, R. In: GIOVANNI, G. D.; NOGUEIRA, M. A (org.). *Dicionário de Políticas Públicas*.. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2013.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica*. Rio de Janeiro. 2015.

KARAN, K. A., SILVA, J. F., SCHMIDT, F. de H. Regressão Logística: *um modelo de risco de cancelamento de clientes*. EnANPAD 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/MKT-B672.pdf>> Acessado em ago. 2017.

LATINOBARÔMETRO, Opinión Pública Latinoamericana. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>> Acessado em 06 jun. 2017.

MOISÉS (org.), J. Á.; MENEGUELLO, R. *Desconfiança Política e seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013. 392 p.

MOISES, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, J. A. Desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n.1, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MOISÉS, J. A., CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, jun. 2008. <<http://www.scielo.br/>> Data de acesso: 3 out. 2017.

NORRIS, P. *Critical Citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PNUD. *A Democracia na América Latina: Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. São Paulo, 2004.

RIBEIRO, E. A. Investigando os determinantes individuais da confiança política entre os brasileiros. *Política & Sociedade*, Santa Catarina, v. 8, n. 15, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/>> Acessado em 05 nov. 2014.

RIBEIRO, E. A. *Valores Pós-materialistas e Cultura Política no Brasil*. 2008. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008.

12. ANEXO



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Gestão Pública
Belo Horizonte – MG - Avenida Antonio Carlos, 6627 – Campus da UFMG

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –
TCC**

No dia 05 de dezembro de 2017, reuniu-se a banca examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Mario Fuks
do Departamento Ciência Política e

Ana Paula Karruz
do Departamento Ciência Política

para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Pública do(a) aluno(a):

Cíntia Medeiros Pires

Nº de Matrícula

2	0	1	3	0	7	1	9	2	7
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Sob o título: Aspectos socioeconômicos e demográficos dos insatisfeitos com a educação pública no Brasil: uma análise para o ano de 2015

Aberta a sessão pelo presidente (orientador) da banca, o(a) aluno(a) fez a apresentação do TCC e foi argüido pelos membros da banca que deliberaram pela APROVAÇÃO (aprovação/reprovação) do TCC e atribuíram a seguinte nota e conceito ao trabalho:

Nota: Conceito:

Observações da banca (se houver):

Para constar, foi lavrada a presente ata datada e assinada pelos membros da banca:

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2017

Mario Fuks

Professor(a) orientador(a)

Ramiro

Professor(a) convidado